Servidor, você sabe o que estão fazendo com sua aposentadoria? Venha discutir o PLC 122/2017!

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA

IPREV E FASCAL

TERÇA-FEIRA 29 DE AGOSTO
A PARTIR DAS 13H
SALA DAS COMISSÕES PEDRO SOUZA

Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal - Sindical - Diretoria: **Presidente:** Jeizon Allen Silverio Lopes; **1º Vice-Presidente:** Pedro Inácio da Silva *(in memoriam)*; **2º Vice-Presidente:** Átila Vinícius de Carvalho; **Diretor Secretário:** Moacyr Martins Amaral Filho; **Diretor de Administração:** Maria do Amparo Pereira de Araujo; **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Luiz Alberto Alves Ferreira; **Diretor de Finanças:** Fernando Pavie; **Diretor de Comunicação Social:** Victor Lúcio Figueiredo; **Diretor de Formação Sindical:** Kleber Chagas Cerqueira; **Diretor de Assuntos Econômicos:** Yasmin Carla Marchioro Silverio. Sig QD 2 - Lotes 420, 430, 440 - Edifício City Offices - Salas 231/233 Fone: 33478400 - www.sindical.org.br - sindical@sindical.org.br.

Boletim Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal

Sindical Informa
GESTÃO TRANSPARÊNCIA E LEALDADE

Brasília, 28 de agosto de 2017 — Edição CLDF número 13 de 2017

BOLSA REELEIÇÃO DE ROLLEMBERG COM DINHEIRO DOS APOSENTADOS

Pedro Ventura/Agência Brasília

Governador Rodrigo Rollemberg e parlamentares posam para foto no ato da entrega do PLC 122/2017. O sorriso representa a alegria de quem está prestes a meter a mão nas reservas previdenciárias dos servidores públicos do DF?

O governador Rodrigo Rollemberg pretende, mais uma vez, jogar a conta pra cima dos servidores públicos. Dessa vez, de olho nos recursos previdenciários do DF, ele pretende aprovar o Projeto de Lei Complementar nº 122/2017, enviado à Câmara Legislativa, criando uma folga orçamentária que servirá para bancar sua reeleição para o governo do DF.

O PLC nº 122/2017 foi entregue aos parlamentares pessoalmente pelo governador, na terça-feira (21) e tornou-se polêmico entre as categorias de servidores por propor mudanças severas nas regras da previdência dos servidores públicos locais. Com a aprovação do projeto, o GDF pretende unificar os fundos previdenciários e instituir a criação de um regime de previdência complementar para novos servidores.

Ao propor a fusão do Fundo Financeiro (dos servidores que ingressaram no governo até 2007) com o Fundo Capitalizado (dos servidores que entraram de 2008 em diante), o governador põe em risco as reservas financeiras do Fundo Capitalizado, que hoje são de cerca de R$ 1,7 bilhão.

O governador empurrou para os parlamentares a responsabilidade de aprovação do PLC 122/2017, definindo (pasme!) a pauta da CLDF, ao determinar que a aprovação aconteça até o dia 29 de agosto.

Na noite de quinta-feira (24), a diretoria do Sindical esteve presente no auditório da CLDF, para participar de audiência pública convocada pela direção da Casa para debater o Projeto de Lei Complementar nº 122/2017. A reunião foi aberta à sociedade e teve a participação representantes de diversos sindicatos de servidores públicos do DF.

SINDICAL ENTRA COM RECURSO CONTRA DECISÃO DO TCDF SOBRE IPREV/DF

O Sindical protocolou na terça-feira (22), no Tribunal de Contas do Distrito Federal, recurso em razão da publicação da Decisão do TCDF nº 3281/2017, publicado no Diário Oficial do DF no dia 21 de julho, que impõe a transferência integral ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF (IPREV-DF) de toda a gestão previdenciária dos servidores distritais, incluindo servidores da CLDF e do TCDF. A diretoria do Sindical estava acompanhada por servidores aposentados do TCDF.

O pedido de reexame requer, na forma regimental, efeito suspensivo e pede ainda reforma da decisão, visto que as medidas propostas não atendem ao princípio da legalidade e não estão em conformidade com os princípios da eficiência e economicidade. O que pode implicar efeitos terríveis aos servidores do Poder Legilativo em geral.

No documento, elaborado pela assessoria jurídica do Sindical em parceria com grupo de experientes auditores do Tribunal, destaca-se que se aplicada a Decisão nº 3281/2017, o IPREV deverá dispor, no prazo de 90 dias, de investimento financeiro e de pessoal especializado, além da aquisição de equipamentos, sistemas informatizados e criação de uma nova carreira na estrutura do IPREV/DF. O que seria inviável visto que, no atual momento, o DF está financeiramente impedido de admitir novos servidores, de acordo com o que rege a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda, de acordo com o recurso apresentado pelo Sindical, a decisão do TCDF contraria o que rege a Lei Complementar nº 840, que garante o vínculo institucional, adquirido no ato de posse e no exercício do cargo, ao órgão ao qual o servidor público prestou concurso.

"Não é possível que o IPREV, enquanto órgão autônomo, assuma competência de gerência completa das aposentadorias e pensões. Na forma do disposto na decisão aqui questionada, é imperioso que o IPREV assuma sua obrigação legal, inserta no artigo 4° da Lei Complementar nº 769/08. No entanto, dentre tais obrigações, por óbvio, não está a prática de atos vinculados a outros entes da Administração Pública", afirma o recurso do Sindical.

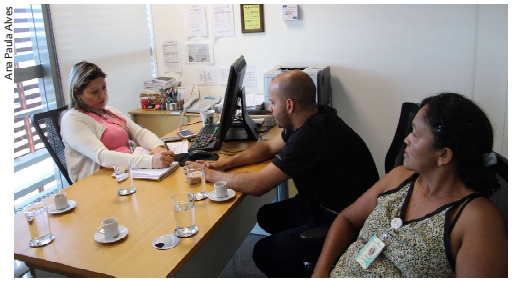
Ana Paula Alves

Servidores aposentados do TCDF acompanharam o presidente do Sindical e a assessoria jurídica da entidade para protocolar recurso contra decisão da Corte que altera o funcionamento do IPREV/DF.

TERCEIRA SECRETARIA RECEBE SINDICAL PARA TRATAR DE PAUTA DE REIVINDICAÇÕES E PR 46

A diretoria do Sindical foi recebida na tarde de quinta-feira (17), pela secretária executiva da terceira secretaria, Leila Barreto Ornelas. O Assunto da reunião foi pauta de reivindicações e o PR 46, que altera FASCAL. A reunião com a representante do terceiro secretário da Casa, Dep. Raimundo Ribeiro, teve como objetivo levar à Mesa Diretora da Casa as reivindicações da categoria com destaque para os principais itens da pauta: PCCR, reposição de perdas salariais e reestruturação administrativa. O presidente do sindicato, Jeizon Silverio, enfatizou que além dos itens principais da pauta de reivindicações, a questão do PR 46 torna-se urgente, pois o projeto já está em tramitação na Casa.

Ana Paula Alves



Reivindicações da categoria devem ser levadas à reunião da Mesa Diretora.

Leila afirmou que encaminhará as reivindicações do Sindical ao terceiro secretário, que conversará com Raimundo Ribeiro para que o PR 46 não seja votado sem análise e para que as demais reivindicações apresentadas pela entidade, destaques da pauta de reivindicações da categoria, sejam levadas à reunião da Mesa Diretora.

O Sindical encaminhou ofícios para os demais membros da Mesa Diretora com solicitações de reunião para tratar do mesmo tema. A ideia é fazer com que os pleitos dos servidores cheguem à reunião da Mesa Diretora da Casa e que haja uma deliberação da direção da CLDF sobre cada um deles. Conforme prometido em conversa realizada com o presidente Joe Valle ainda no primeiro semestre.

SINDICAL PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONTRA ASSÉDIO MORAL

O Sindical participou, na tarde de quarta-feira (17) de Comissão Geral, realizada no plenário da CLDF, para debater denúncias de assédio contra servidores, empregados públicos e dirigentes sindicais. Participaram da comissão funcionários da Caesb, representantes do Sindágua e do Sindser. Eles apresentaram relatos dos ataques que a categoria vem sofrendo, por parte do governo local, inclusive com ameaças de demissões.

"Quando tiver esse tipo de situação, o Sindical está à disposição para poder ajuda vocês. Nós do Poder Legislativo nos solidarizamos com os companheiros do Sindágua e dos demais sindicatos que tem sido perseguidos", afirmou o presidente do Sindical Jeizon Silverio. O deputado Wellington Luiz, que conduzia a comissão, parabenizou a postura do Sindical, enfatizando a articulação da atual diretoria do sindicato e sua independência. Sobre o Fascal, o dep. Wellington ainda afirmou que a atuação crítica do Sindical tem sido importante no aperfeiçoamento do texto. O presidente do Sindical aduziu que o problema do assédio também ocorre entre os trabalhadores do Poder Legislativo e que em breve o Sindical publicará cartilha informativa aos seus trabalhadores.

Ana Paula Alves

Servidores e entidades sindicais debateram assédio moral por parte do GDF.